



## **Mulheres no Poder: uma análise acerca das relações assimétricas de gênero na política Amazonense.**

*Michelle Rabelo de Souza\**

*Maitê da Silva Figueiredo\*\**

*Mirella Cristina Xavier Gomes da Silva Lauschner\*\*\**

*Viviane de Oliveira Rocha\*\*\*\**

*Iraíldes Caldas Torres\*\*\*\*\**

### **RESUMO**

O presente estudo tem como objetivo analisar a inserção da mulher na política amazonense, seus limites e desafios enfrentados nesse espaço de poder notadamente masculino. Apesar de algumas conquistas junto a esses espaços de poder, observa-se que o número de mulheres filiadas ou até mesmo eleitas em cargos de representatividade, seja na Câmara Municipal de Manaus ou na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, ainda é bem baixo em comparação as vagas ocupadas pelos homens nas respectivas instituições públicas, concluindo assim, nossa análise sobre a assimetria de gênero na política amazonense. O trabalho pauta-se em uma pesquisa qualitativa por nos possibilitar descrever a complexidade da discussão acerca das relações de gênero nesses espaços de poder. Será de caráter bibliográfico por entendermos que o suporte adquirido através da fundamentação teórica nos proporcionará uma melhor compreensão acerca do tema proposto. A presente pesquisa visa contribuir com os estudos acerca das relações de gênero nos espaços de poder, levando a sociedade manauara a uma reflexão sobre a importância da participação da mulher na política local.

**Palavras-chaves:** Política, Mulher, Relações de Gênero.

---

\* Mestranda no Programa de Pós –Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia- PPGSCA-UFAM, Pesquisadora do Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Política e Poder-GEPOS- Bolsista Capes. [luzvida\\_1977@hotmail.com](mailto:luzvida_1977@hotmail.com).

\*\* Assistente Social e Aluna especial de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA-UFAM. [Maitter2009@hotmail.com](mailto:Maitter2009@hotmail.com).

\*\*\* Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia- PPGSS- UFAM. [mirellalauschner@yahoo.com.br](mailto:mirellalauschner@yahoo.com.br).

\*\*\*\* Acadêmica do 8º período do Curso de Serviço Social do Centro Universitário do Norte-Uninorte/Laureate. [vivianerochas@hotmail.com](mailto:vivianerochas@hotmail.com).

\*\*\*\*\* Doutora em Ciências Sociais/ Antropologia Social- Professora associada na Universidade Federal do Amazonas. [Iraíldes.caldas@gmail.com](mailto:Iraíldes.caldas@gmail.com).



## INTRODUÇÃO

No Amazonas, assim como nos demais estados brasileiros, a participação feminina na política ainda é bem baixa. Mesmo com a política de cotas que garante vagas para as mulheres no sistema político, observa-se que apenas a aplicação da lei não é suficiente para que haja um incremento na quantidade de cadeiras ocupadas por mulheres. Sem a capacitação, sem a criação de programas de apoio e campanhas de incentivo, cada vez mais o número de mulheres será reduzido dentro dessas esferas de poder.

Durante séculos, as mulheres ficaram reduzidas a desenvolver atividades no espaço privado, ou seja, no trabalho doméstico e com o cuidado das crianças. No âmbito da política, também passaram a desenvolver trabalhos como apoio aos seus maridos e filhos em campanhas políticas ou em trabalhos realizados junto às comunidades onde residem, porém, sempre considerados trabalhos de apoio, com pouca visibilidade. Ao longo do tempo, esse tipo de trabalho perde o seu valor social, e a partir de então, passa a ser considerado um trabalho não socialmente necessário, torna-se, portanto, um trabalho improdutivo e conseqüentemente desvalorizado. Porém, com as profundas mudanças ocorridas no âmbito da família, decorrentes da chegada do capitalismo, a mulher passa a ser requisitada pelo mercado de trabalho, e essa sua dupla função tem servido até hoje para reforçar a situação de dominação a que esta submetida.

Ao longo dessas últimas décadas, podemos afirmar que a mulher, no âmbito da sociedade brasileira, veio conquistando seu espaço de forma notória, seja com relação a sua efetiva participação no mercado de trabalho, seja nos cursos de nível superior, onde comprovadamente supera de forma numérica os homens. Contraditoriamente, com relação a sua ascensão política, os resultados das últimas eleições comprovam que as mulheres ainda formam uma minoria junto a esses espaços de poder. Outro fator que impossibilita a participação das mulheres não só na política, mas em qualquer outra atividade externa aos espaços domésticos, é a sua dupla jornada de trabalho, onde a maioria das mulheres precisa conciliar os cuidados com a casa e a família com seu trabalho externo.



É com base nessa discussão dicotômica entre público e privado que buscaremos analisar o motivo da baixa participação das mulheres na política em Manaus, levando em consideração que a atividade política, não só nesse município, fundamenta-se nas relações familiares, de compadrio e de dominação patriarcal.

## **1. Relações de gênero e a situação de desigualdade entre homens e mulheres na sociedade**

Independentemente da época e das sociedades humanas, existe uma divisão sexual do trabalho, onde as atividades masculinas diferem-se das atividades exercidas pelas mulheres. Essa divisão sexual do trabalho, de acordo com Marx e Engels, dá-se através do ato sexual e da procriação, onde as mulheres, vistas como reprodutoras das espécies, viviam isoladas no mundo doméstico. As dificuldades de locomoção, a gravidez e a amamentação, impuseram às mulheres o exercício de atividades restritas a esses espaços. No que se refere à construção cultural da divisão sexual do trabalho, a mesma se deu através de diferenças biológicas e que ao longo do tempo, independente do tipo de sociedade, as atividades masculinas são reconhecidas como mais importantes que as atividades realizadas pelas mulheres (COSTA,1998, p.47).

A socióloga Heleieth Saffioti, uma das mais respeitadas estudiosas nos assuntos acerca das relações de gênero, nos trás em sua obra, *Gênero, Patriarcado e Violência* (2004) discussões e conceitos extremamente relevantes quanto à desigualdade de gênero. De acordo com a autora essa desigualdade não é algo natural, mas cultural, imposta pelas estruturas de poder e pelos agentes envolvidos nessa trama de relações sociais. Foucault (1999) afirma que “o poder deve ser entendido como uma relação flutuante, não está numa instituição e nem em ninguém”

Logo entendemos que essa relação conflituosa de poder é construída pela sociedade, assim como as relações de desigualdade entre homens e mulheres não



# 18° REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE  
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:  
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



Na concepção liberal, do mesmo modo que na pólis, a esfera privada será sempre um espaço das mulheres, cujo objetivo será atender às necessidades do homem e garantir as condições básicas para a atuação na esfera pública. Locke, o defensor da liberdade, da racionalidade, da autonomia do indivíduo, defende a sujeição da mulher na sociedade conjugal, separada da sociedade política. Para ele, essa sociedade conjugal se estabelece por um contrato entre homem e mulher para a procriação, a ajuda mútua e a provisão e acumulação de bens. Na sociedade familiar, a autoridade recai sobre o homem, onde a mulher fica submetida ao mesmo. É através do controle da propriedade que o homem compra a obediência dos filhos e mantém a mulher subjugada, que despossuída de bens, fica sujeita ao poder despótico. Conforme Costa (1998, p.64).

A cidadania liberal universal é uma categoria masculina, construída com base na exclusão feminina a partir da definição do privado como lugar da mulher, o lugar das diferenças, da paixão, da natureza. A pólis sobreviveu através das esferas de representação pública da sociedade iluminada, como o lugar dos homens livres, livres por serem proprietários. Para as mulheres, no pensamento liberal, não existe igualdade, fraternidade e muito menos liberdade, permanecem fechadas no campo das necessidades, onde prevalecem a paixão, o instinto, a racionalidade e, principalmente, a reprodução da espécie.

Como vimos, no decorrer da história, as mulheres ficaram relegadas a esfera privada, impedidas de atuar no mundo público, e conseqüentemente, sem acesso às estruturas de poder político. A democracia, desde suas origens, tem excluído as mulheres da política. “O próprio estado por meio de leis, excluiu as mulheres da vida pública sem que as vontades individuais delas, enquanto mulheres contratantes do contrato social fossem consideradas” (DANTAS. 2011, p.79).

Os reflexos do processo de exclusão criaram marcas profundas na cidadania feminina, assim assinala Ferreira (2010). Pois ainda vem sendo difundida na sociedade a concepção patriarcal de que "lugar de mulher é na cozinha", ou "em casa", já que cabe a mulher o espaço privado.



## 1.2. Breve contextualização histórica sobre a participação da mulher na política: a busca pela emancipação e empoderamento

Ao longo da história do movimento feminista, a luta das mulheres em busca de emancipação, direitos essenciais, como acesso à educação, direito de votar e de ser candidata, sempre foram considerados de extrema relevância para a consolidação dos direitos de igualdade entre homens e mulheres no Brasil. As mulheres tiveram a ampliação de seu protagonismo de forma significativa na sociedade, mas a grande dificuldade de inserção da mulher está relacionada à ocupação dos espaços de poder.

No Brasil, há pouco mais de 80 anos as mulheres conquistaram o direito ao voto, adotado em 1932 e somente consolidado pela Constituição em 1934. O Rio Grande do Norte foi o primeiro estado a registrar uma eleitora, a partir daí, outras eleitoras foram requerendo alistamento nos mais diversos estados brasileiros. A primeira deputada eleita para a Câmara dos Deputados foi Carlota Pereira de Queiroz (SP), em 1934. Antonieta de Barros foi a primeira deputada estadual negra na Assembleia de Santa Catarina, em 1935. Eunice Michiles (AM) assumiu o cargo de senadora em 1979, tendo em vista a morte do titular, João Bosco, sendo então a primeira senadora do Brasil. Laélia de Alcântara foi a primeira senadora negra da história e a terceira parlamentar, formando a bancada ao lado de Eunice Michiles, em 1981.

O Brasil hoje tem a primeira presidenta eleita, porém não podemos considerar que o atual patamar de representação política feminina seja satisfatório, pois o maior indicador dessa assimetria de gênero na política continua sendo o baixo número de mulheres eleitas e/ou desempenhando cargos políticos.

Com relação às mulheres no poder municipal da cidade de Manaus, observamos o avanço mais significativo da participação feminina. Na história das eleições, muitas mulheres foram eleitas para o legislativo municipal da cidade como: Léa Alencar Antony, sendo a primeira mulher a assumir a vereança (1960-1964),

# 18° REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE  
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:  
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



Otalina Aleixo, Beth Azizi, Josefa Vasquez, Lourdes Lopes, Vanessa Grazziotin, Ana Maria Nascimento, Rosaline Pinheiro, Graça Alecrim, Gloria Carrate, Rejane Pinheiro, Ruth Reis, Helena Galvão, Rosana Oliveira, Mirtes Sales, Maryse Mendes, Cida Gurgel, Vilma Queiroz, Lucia Antony, Socorro Sampaio. Muitas dessas mulheres aqui mencionadas foram militantes, cujo papel político fez história na luta pelos direitos das mulheres no Amazonas. Mas infelizmente hoje a Assembleia Legislativa do município, vem contando com uma sub-representação feminina.

O ingresso da mulher na política partidária ainda é motivo de grandes discussões, pois as mulheres não possuem as mesmas condições de acesso aos canais de poder que os homens. “É uma instituição corporativa de representação de interesses com normas próprias de recrutamento e de treinamento político”. (RABAY, 2010, p.33).

Algumas vias de acesso à política, como o fenômeno da eleição de mulheres em virtude da posição ou do prestígio político dos seus maridos e genitores, ainda é bem utilizada como forma de ascensão da mulher na política de Manaus. Porém, algumas mulheres entram no campo político por possuírem uma experiência através de militância em movimentos sociais, como sindicalistas, e por já terem desenvolvido algum tipo de trabalho junto à comunidade em que residem.

Na Câmara Municipal de Manaus, mesmo com o aumento no número de vagas de 38 para 41, apenas seis são ocupadas por mulheres. Das seis, três possuem algum laço de parentesco com políticos, uma foi sindicalista durante muitos anos, outra se candidatou apenas para atender a um convite de um partido político e assim contribuir para o preenchimento de cotas. A última candidatou-se por duas vezes antes de conseguir ser eleita, mas não há conhecimento de relacionamento familiar entre a vereadora com outros políticos, e nem desenvolvimento de atividades políticas anteriores ao exercício do mandato como vereadora.

Observa-se no que se refere às articulações políticas, que a família tem um papel considerável no esteio do poder tradicional, principalmente no que diz respeito

# 18° REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE  
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:  
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



ao poder local. Por intermédio da leitura em Rabay (2012) a “herança política”, conhecida como transmissão de capital simbólico para postulantes a cargos públicos eletivos é vista como o continuísmo no campo político, ou seja, uma afirmação das “tradições oligárquicas”.

Observa-se que os diferentes perfis das vereadoras não interfere para que as mesmas venham a exercer um cargo de representatividade, pois o objetivo da Lei de Cotas é estimular e ampliar o número de mulheres a participarem do processo eleitoral e possibilitar suas inserções em espaços de poder. Porém, é sabido que são muitas as dificuldades para que as mulheres cheguem a um cargo de representatividade na política partidária, em virtude não só do preconceito que ainda existe com relação às mulheres, mas do acúmulo de tarefas domésticas e familiares decorrentes da dupla jornada de trabalho, já que exercer um cargo como representante do povo requer uma disponibilidade não muito compatível com a vida diária da mulher, da mãe, da esposa e da dona de casa. Argumentos machistas sustentam uma pequena presença das mulheres na política, segundo os quais essa pouca participação deve-se ao *desinteresse delas*. São falácias baseadas em estereótipos sexistas e machistas, que também resultam em séculos de discriminação imposta às mulheres.

## Conclusão

O presente trabalho teve como objetivo trazer discussões acerca da assimetria de gênero nos espaços de poder político em Manaus. Também buscamos refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para se inserirem na política partidária no município, dando especial relevo à dupla jornada enfrentada pelas mulheres a partir do conceito de público e privado que permanece até hoje como uma discussão base para o entendimento acerca da divisão sexual do trabalho. Na presente pesquisa, constatou-se que mesmo com a Lei de Cotas, que visa garantir 30% das vagas junto aos partidos políticos, e com o aumento do número de vagas na Câmara Municipal de Manaus, o número de mulheres



